

«Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário»**

INTRODUÇÃO

Entre 1975 e 1985, não contando com o fenómeno AD, as somas das percentagens de votos do PSD e do PS nunca foram superiores a 64,3% (1975), atingindo um mínimo de 50,6% (1985)¹ (v. quadro n.º 1). Contudo, a partir de 1987, inclusive, o domínio eleitoral destes dois partidos excedeu sempre os 72%. A contrapartida deste fenómeno foi o progressivo declínio eleitoral do PCP e do CDS, sobretudo a partir de 1987, mesmo apesar da ligeira recuperação do CDS em 1995 e 1999² e do PCP em 1999. Todavia, note-se que também o PS registou um marcado declínio em 1985, lentamente recuperado em 1987 e 1991. Nesta última eleição, a percentagem de votos no PS (29,3%) era já maior do que aquela que o partido tinha obtido em 1979

* Assistente no ISCTE e investigador júnior associado no ICS (andre.freire@iscte.pt).

** Este artigo parte do trabalho desenvolvido pelo autor na sua tese de mestrado em Ciências Sociais (ICS), constituindo uma versão revista e actualizada de parte do mesmo (Freire, 2000a). O autor agradece a estimulante orientação científica da referida tese por parte do Prof. Manuel Villaverde Cabral. Agradece ainda todo o apoio logístico do ICS, bem como a redução de horário que lhe foi concedida pelo Departamento de Sociologia do ISCTE, para a realização da referida pesquisa. Saúda ainda as críticas dos Profs. Jorge Gaspar e Pedro Tavares de Almeida, a quem agradece também por terem aceite serem júris da sua tese de mestrado, bem como as do *referee* anónimo da *Análise Social*. A todas esses comentários críticos procura responder neste artigo.

¹ As análises referem-se sempre a eleições legislativas. Quanto à evolução da participação e abstenção eleitorais e aos respectivos impactos na dinâmica partidária entre 1983 e 1999, v. Freire (2000b e 2001b).

² Apesar de ter perdido votos em 1999, face a 1995, o CDS/PP manteve melhores resultados do que aqueles que tinha obtido em 1987 e 1991, quer em termos relativos, quer em termos absolutos (v. quadro n.º 1).

(27,4%) e 1980 (28,0%), eleições nas quais o PS saiu também derrotado. Em 1995 e 1999 deu-se a plena inversão deste padrão, com a passagem do PS a partido mais votado. Por outro lado, entre 1975 e 1999 registou-se também um declínio do voto nos micropartidos («Outros», UDP, PSN e BE), apesar de irregular.

Evolução do comportamento eleitoral dos portugueses em eleições legislativas, 1975-1999 (em percentagens do total de votantes)

[QUADRO N.º 1]

Partidos	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999
CDU (a)	16,6	14,6	19,0	16,9	18,2	15,5	12,2	8,8	8,6	9,0
PS (b)	37,9	35,0	27,4	28,0	36,4	20,8	22,3	29,3	43,8	44,0
CDS	7,6	15,9	—	—	12,4	9,7	4,3	4,4	9,1	8,4
PSD	26,4	24,0	—	—	27,0	29,8	50,1	50,4	34,0	32,3
AD (c)	—	—	45,0	47,1	—	—	—	—	—	—
PS + PSD	64,3	59,0	—	—	63,4	50,6	72,4	79,7	77,8	76,3
PRD	—	—	—	—	—	18,0	4,9	—	—	—
Outros/UDP/PSN/BE	4,6	5,8	5,8	5,8	3,4	3,5	3,9	5,1	2,4	4,3
Branco e nulos . . .	6,9	4,8	2,7	2,4	2,6	2,6	2,2	1,9	1,9	2,0
Total de votantes . .	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Volatilidade total . .	—	8,6	8,0	4,0	9,9	21,3	22,3	13,6	19,4	2,6
Volatilidade de bloco	—	5,0	0,5	2,1	4,2	0,2	7,6	3,3	6,9	2,1

(a) Em 1975 e 1976 trata-se de PCP+MDP/CDE. Entre 1979 e 1985, APU; entre 1987 e 1999, CDU.

(b) Em 1980, PS+FRS.

(c) AD=PSD+CDS+PPM.

Fontes: MAI/STAPE (1983 a 1999); Lobo (1996), p. 1092, quadro n.º 1 (volatilidade entre 1976 e 1995). Os dados referem-se apenas ao continente e regiões autónomas.

Ao aparecimento do PRD, primeiro, e à concentração do voto nos dois maiores partidos (PSD e PS), de 1987 a 1999, esteve ligado o forte acréscimo de volatilidade total — total de transferências líquidas entre os partidos que obtiveram votos³ de uma eleição para outra (v. quadro n.º 1). De 1985 a 1995, em média, a volatilidade total foi mais de duas vezes superior à do período anterior (1975-1983). Todavia, a volatilidade total em 1991 foi

³ $VT = \sum |P_{it} - P_{i,t-1}|/2$, $i = 1$ até n , em que n é o número de partidos que concorreram às eleições (na eleição t , 1985, etc., e/ou na eleição $t-1$, 1983, etc.) e P_i é a percentagem de votos no partido i na eleição do período t (e_{t-1}). Este índice mede o volume de transferências líquidas entre o conjunto dos partidos de uma eleição para outra em módulo. Para cada eleição, todos os partidos que concorreram às eleições legislativas e que obtiveram votos foram considerados. O índice foi concebido por Pederson (1979), pp. 4-6; v. também Bartolini e Mair (1990).

baixa, bem como em 1999, fruto da continuidade na distribuição agregada dos votos face às eleições de 1987 e 1995, respectivamente.

A volatilidade de bloco — total de transferências líquidas de uma eleição para outra entre o conjunto dos partidos convencionalmente designados de esquerda e o conjunto dos partidos convencionalmente designados de direita⁴ — teve um crescimento menos «espectacular» do que a volatilidade total, mas as eleições de 1987 e 1995 representaram elevados picos face às eleições mais voláteis do período anterior⁵.

Tal como Joaquim Aguiar (1994, pp. 227-236) e Manuel Braga da Cruz (1995, pp. 310-317), Marina Costa Lobo (1996, pp. 1086-1099) aponta como uma das hipóteses explicativas da concentração do voto nos dois maiores partidos e do crescimento da volatilidade, após 1983, o declínio do impacto eleitoral das clivagens estruturais tradicionais, decorrente da modernização sócio-económica. Todavia, no trabalho de qualquer dos autores referidos o declínio do impacto das estruturas sociais sobre o voto é um elemento meramente inferido da evolução dos resultados eleitorais.

OBJECTO DA PESQUISA, METODOLOGIA E DADOS

Existem várias pesquisas que testam os determinantes sociológicos dos comportamentos eleitorais em Portugal, mas ou não abrangem o período 1983-1999 ou fazem-no apenas muito parcialmente. Por outro lado, em caso

⁴ $VB = (|P_iV + {}_jV + {}_kV| + |P_lV + {}_mV + {}_nV|)/2$, em que $|P_iV + {}_jV + {}_kV|$ representa a mudança líquida, em módulo, de todos os partidos (i, j, k) pertencentes a determinado bloco ideológico (por exemplo, esquerda) e $|P_lV + {}_mV + {}_nV|$ representa a mudança líquida, em módulo, de todos os partidos (l, m, n) pertencentes ao outro bloco ideológico (por exemplo, direita). A soma das mudanças em cada bloco é depois dividida por dois. O índice é apresentado por Bartolini e Mair (1990); v. também Lobo (1996). Os principais partidos considerados de esquerda são o PS, o PCP e o PRD. Os principais partidos considerados no bloco de direita são o PSD e o CDS. Quanto aos partidos que integram cada bloco em cada uma das eleições realizadas entre 1976 e 1995, v. Lobo (1996), p. 1092. Entre 1995 e 1999, os partidos considerados de esquerda são: PS, PCP (CDU), PSR, UDP, BE, PH (Partido Humanista), PCTP/MRPP e POUS. No mesmo período, os partidos de direita são: PSD, CDS/PP, MUT, MPT (Movimento Partido da Terra), PDA (Partido Democrático do Atlântico), PPM, PSN e PG (Partido da Gente).

⁵ A divisão entre esquerda e direita terá perdido alguma da sua saliência relativa, sobretudo em termos da oferta política, para além de se ter modificado parte do seu significado em termos das posições dos eleitores face aos grandes temas políticos, nomeadamente pela incorporação das «novas clivagens» e dos novos temas a elas associados (Freire, 2002b). Todavia, continua a ser plenamente utilizada pelos cientistas políticos portugueses e estrangeiros em idêntico sentido ao que lhe dou aqui, nomeadamente em termos de classificação dos partidos no espectro ideológico (Bartolini e Mair, 1990; Dalton, 1988; Knutsen, 1998; Lobo, 1996; Hermet *et al.*, 1998). Mais, esta divisão continua a revelar-se bastante heurística na explicação dos comportamentos dos eleitores, conforme demonstrarei neste trabalho (v. também Freire, 2002b).

algum avaliam a evolução do impacto eleitoral das clivagens estruturais (Gaspar e Vitorino, 1976; Gaspar e André, 1990; André e Gaspar, 1989; Gaspar *et al.*, 1990; Nataf, 1995; Cabral, 1995 e 1998; Bacalhau, 1989 e 1994; Gunther e Montero, 1994).

Por outro lado, das pesquisas recenseadas constatou-se que só o estudo de Nataf (1995, pp. 94-98) se reporta à relação entre o estado da economia e a evolução do sentido de voto dos eleitores, mas apenas para as eleições de 1985 e 1987. Todavia, a metodologia utilizada no estudo de Nataf não permite afastar a possibilidade do carácter espúrio das relações detectadas, pois o autor não controla os efeitos de «longo prazo» (classe, religião e identificação partidária). Os efeitos de «longo prazo» (estruturais) opõem-se aos efeitos de «curto prazo» (conjunturais). Nestes últimos incluem-se os impactos da economia sobre o voto (Kiewiet, 1983; Lewis-Beck, 1990; v. também Freire, 2001a, capítulo 3).

No estudo de Linda Veiga (1998) não se analisa o impacto da conjuntura económica no comportamento dos eleitores, mas sim na popularidade das diferentes instituições.

Por último, o trabalho de Marina Costa Lobo não testa a relação entre a evolução das condições económicas e a evolução do sentido de voto dos eleitores, centrando-se, sobretudo, na análise das tentativas de «manipulação» política do ciclo económico por parte dos governantes, em ordem a obterem proveitos eleitorais (Lobo, 1996, pp. 1100-1113).

Neste contexto, o objecto central deste trabalho é analisar a evolução do impacto das estruturas sociais e da conjuntura económica sobre o sentido de voto dos eleitores portugueses nas eleições legislativas realizadas entre 1983 e 1999.

Em primeiro lugar, pretende-se determinar se houve efectivamente um declínio do poder explicativo das clivagens estruturais, tal como indiciam os fortes acréscimos da volatilidade total registados entre 1985 e 1995. Nesta matéria, as eleições de 1983 servem como ponto de comparação, face ao qual se determinará se houve ou não declínio do impacto das estruturas de clivagem, pois a forte elevação dos níveis de volatilidade total só começou a verificar-se daí em diante.

Em segundo lugar, procura-se determinar a evolução do perfil sociológico dos eleitores de cada um dos quatro maiores partidos (PCP, CDS, PS e PSD).

Em terceiro lugar, tendo em conta as limitações do modelo das clivagens (Lipset e Rokkan, 1992; *Flora et al.*, 1999), pretende-se testar também os efeitos da conjuntura económica sobre o sentido de voto dos eleitores (Downs, 1957; Tufte, 1994; Kiewiet, 1983; Lewis-Beck, 1990).

Uma plena compreensão da evolução do voto partidário não pode deixar de considerar todo o período democrático, 1975-1999. Todavia, a disponibilidade dos dados e a exequibilidade da pesquisa impediram-me de ir para além do período 1983-1999. De qualquer modo, as eleições legislativas

realizadas entre 1985 e 1999 caracterizaram-se por um forte crescimento da volatilidade eleitoral (1985-1995), a qual se traduziu sobretudo num aumento da concentração do voto nos dois maiores partidos (1987-1999): tendência para a bipartidarização do sistema partidário. Por outro lado, pelas suas características (baixa volatilidade, ausência de concentração do voto nos dois maiores partidos), podemos considerar que as eleições de 1983 pertencem ainda ao período anterior e, por isso, constituem um bom ponto de comparação para testar se se verificou efectivamente um declínio da política das «velhas» clivagens no período subsequente.

Por motivos que se prendem com a disponibilidade dos dados, esta pesquisa baseia-se exclusivamente em dados agregados ao nível dos concelhos de Portugal continental: agregações de características (idade, profissão, etc.) ou comportamentos individuais (prática religiosa, voto, etc.). As chamadas «novas clivagens» assentam sobretudo nas diferenças entre os valores partilhados pelos indivíduos e, por isso, não são directamente aferíveis a partir dos seus posicionamentos na estrutura social ou das suas práticas (Dalton, 1988; Knutsen e Scarbrough, 1998; Inglehart, 1991 e 1997; Freire, 2001a, capítulo 4, e 2002b). Por outro lado, não existem dados agregados ao concelho sobre as hierarquias valorativas das populações aí residentes. Por isso, com esta metodologia não é possível testar o impacto das «novas clivagens» no voto dos portugueses e comparar o peso relativo da chamada «velha» e «nova» política. Aliás, há um autor português que também utiliza a metodologia dos dados agregados e que se refere ao impacto das «novas clivagens» no voto dos portugueses (Aguiar, 1994). Todavia, este autor limita-se a inferir os efeitos das «novas clivagens» no voto dos portugueses a partir da análise dos resultados eleitorais agregados. Ou seja, Aguiar não testa empiricamente os efeitos das «novas clivagens» sobre o voto.

Neste estudo vamos utilizar a metodologia ecológica (King, 1997, pp. 7-12). Isto é, utilizo dados agregados, os quais se reportam sempre a unidades territoriais (os 275 concelhos⁶ de Portugal continental). A não consideração das regiões autónomas deveu-se à insuficiência de dados.

O risco de «falácia ecológica» verifica-se quando pretendemos explicar o comportamento individual através de «dados agregados» e as correlações ecológicas não são transponíveis para o nível individual porque têm 1) uma intensidade diferente e/ou (2) um sentido diferente (Langbein e Lichtman, 1978, p. 9; King, 1997, pp. 12-17). Por isso, as extrapolações para o comportamento individual serão consideradas meras aproximações, as quais carecerão sempre de adicional comprovação empírica através de «dados individuais».

⁶ Para otimizar a comparabilidade com o período anterior, os resultados referentes aos três concelhos criados em 1999 (Vizela, Trofa e Odiveelas) foram fundidos com os dos municípios originais: Guimarães, Santo Tirso e Loures, respectivamente.

TEORIA E HIPÓTESES

De acordo com o modelo das clivagens, os alinhamentos dos eleitores dependem do respectivo posicionamento na estrutura social (centro-periferia; secularização-religiosidade; urbano-rural; capital-trabalho) e da acção socializadora e mobilizadora das organizações sociais e políticas respectivas (Lipset e Rokkan, 1992).

As diferentes posições dos eleitores na estrutura social estão associadas a diversos interesses sócio-económicos e a diferentes sistemas de valores, que depois se traduzem (probabilisticamente) em diversos comportamentos eleitorais. Tanto mais quanto os múltiplos grupos sociais a que o indivíduo pertence sejam propensos a idêntico comportamento político (Schweisguth, 1998).

Em termos da clivagem religiosa e da clivagem capital-trabalho, espera-se que nos concelhos com maior nível de integração religiosa (medida pela percentagem de indivíduos que frequentam semanalmente a missa: «missalizantes») e onde há maior peso relativo das classes proprietárias haja também maiores proporções de voto nos partidos de direita (PSD e CDS). Pelo contrário, espera-se que nos concelhos mais secularizados e onde há maior peso relativo das classes assalariadas haja maiores proporções de votos nos partidos de esquerda (PS e PCP)⁷.

Em Portugal, a clivagem centro-periferia não tem relevância político-partidária, pelo que não faz sentido formular hipóteses sobre a matéria: as zonas periféricas do Norte e Centro do país têm sido tradicionalmente «conservadoras», fruto das estruturas de classe e da religiosidade; em contrapartida, as zonas periféricas do Sul do país, dominadas pelo assalariamento e pela secularização, têm tido uma orientação política claramente «progressista» (Gaspar e Vitorino, 1976; Gaspar e André, 1990; Gaspar *et al.*, 1990; André e Gaspar, 1989).

Quanto à clivagem urbano-rural, sabemos que o seu impacto nos alinhamentos dos eleitores não é claro. Por um lado, os camponeses do Norte e Centro do país têm sido uma forte base de apoio eleitoral dos partidos de direita, tal como tinham sido um forte esteio do Estado Novo (Coelho, 1980; Cruz, 1988, pp. 212-224; André e Gaspar, 1989, pp. 268-273; Gaspar e André, 1990; Gaspar *et al.*, 1990, pp. 146-170; Nataf, 1995, pp. 117-118; Schmitter, 1999, p. 97). Por outro lado, os operários agrícolas têm dado forte apoio eleitoral aos partidos de esquerda, nomeadamente ao PCP, no Alentejo (Coelho, 1980; Gaspar e André, 1990, pp. 65-75; André e Gaspar, 1989, pp. 268-273; Gaspar *et al.*, 1990, pp. 146-170). Portanto, o impacto da clivagem urbano-rural nos alinhamentos dos eleitores será, muito provavelmente, mediado pela estrutura de classes e pela religiosidade, sobretudo no espaço rural.

⁷ A tipologia de classes utilizada e a respectiva operacionalização podem ser consultadas em Freire (2000a, 2000b e 2001b).

O poder explicativo das clivagens estruturais refere-se ao nível de variância no voto partidário entre concelhos que é explicado pela bateria de indicadores referentes às estruturas sociais. Dito isto, e tendo em conta que a volatilidade eleitoral é um fenómeno que indicia o declínio da coesão política dos grupos sociais (Aguiar, 1994; Cruz, 1995; Dalton, 1988; Dogan, 1995; Flanagan e Dalton, 1990; Heath *et al.*, 1991; Inglehart, 1991; Franklin *et al.*, 1992; Lobo, 1996; Nieuwbeerta e De Graaf, 1999; Lane e Ersson, 1999), formula-se a seguinte hipótese: nas últimas quatro eleições legislativas, quer o PSD (1987 e 1991), quer o PS (1995 e 1999), conheceram um notável crescimento do seu apoio eleitoral, sendo por isso expectável que nessas eleições se tenha esbatido o perfil sociológico dos seus apoiantes⁸.

Têm sido apontadas várias insuficiências ao modelo das clivagens, nomeadamente para explicar as transferências de voto entre eleições, pois as alterações estruturais não permitem, pela sua lentidão, dar conta desses fenómenos (Campbell *et al.*, 1980; Johnston, 1990). No sentido de superar tais limitações tem sido proposta a combinação do modelo das clivagens com o modelo do «voto económico» (Tufte, 1994; Johnston, 1990; Kiewiet, 1983; Lewis-Beck, 1990).

Quer seja em termos do resultado de uma determinada vivência pessoal («voto egoísta»), quer seja em resultado da avaliação das condições económicas nacionais/locais («voto sociotrópico»), as questões do desemprego e da inflação assumem especial relevo na vida dos indivíduos. Em geral, os eleitores mais atingidos pelo desemprego ou que o percebem como uma prioridade política, em determinada conjuntura, tenderão a votar mais nos partidos de esquerda; pelo contrário, os eleitores mais atingidos pelo crescimento dos preços ou que percebem a estabilidade dos preços como uma prioridade política, em determinada conjuntura, tenderão a votar mais nos partidos de direita («hipótese das prioridades políticas») (Kiewiet, 1983; Tufte, 1994; Anderson, 1995). A «hipótese das prioridades políticas» baseia-se nas diferentes prioridades macroeconómicas dos partidos nas democracias ocidentais, as quais são percebidas pelos eleitores: a direita dá maior prioridade à estabilidade dos preços; a esquerda dá maior importância ao combate ao desemprego (Kiewiet, 1983; Tufte, 1994; Anderson, 1995; Freire, 2001a).

⁸ Na nossa perspectiva, embora a eleição de 1985 tenha sido muito volátil, não é claro como formular hipóteses para este acto eleitoral. Primeiro, porque no caso do PRD não é possível comparar o perfil sociológico dos seus eleitores com o que se verificava na eleição anterior (1983), pois este partido só começou a concorrer em 1985. Em segundo lugar, não é clara a formulação *a priori* de uma hipótese quanto à evolução da base social de apoio do PS entre 1983 e 1985: as transferências de voto para o PRD (Bacalhau, 1989, pp. 247-249) poderão ter levado os seus eleitores «menos fiéis» e, portanto, poderão ter deixado o Partido Socialista reduzido ao seu núcleo duro; mas isso poderá ter contribuído para vincar o perfil sociológico da sua base eleitoral, e não o contrário. Portanto, parece-nos mais adequado deixar em aberto a situação referente a 1985.

Por outro lado, no fim de cada mandato, o governo cessante e o(s) partido(s) que o apoia(m) — «incumbentes» — também são julgados pelo desempenho da economia. Segundo a «hipótese da responsabilização», os eleitores tenderão a penalizar os «incumbentes» em períodos recessivos, deslocando o seu voto para os partidos da oposição, e a votar neles em períodos de prosperidade económica (Kiewiet, 1983; Tufte, 1994; Lewis-Beck, 1990; Anderson, 1995; Freire, 2001a).

Tendo em conta que utilizámos «dados agregados», não possuímos informação sobre a relação entre a situação económica dos indivíduos/a forma como eles percebem o estado da economia nacional/local e o seu sentido de voto. Portanto, não podemos distinguir o «voto egoísta» do «voto sociotrópico», nem podemos distinguir devidamente as duas hipóteses: da «responsabilização» e das «prioridades políticas» (Rattinger, 1991, pp. 50-51; Bellucci, 1984, pp. 396 e 398-400).

Recorde-se que as influências da conjuntura económica sobre o voto são efeitos de «curto prazo». Por isso, para aferir o carácter independente destes efeitos é preciso controlar as influências de «longo prazo» (religiosidade, estrutura de classes, *habitat*, etc.) (Kiewiet, 1983; Tufte, 1994; Lewis-Beck, 1990; Bellucci, 1991; Rattinger, 1991; Freire, 2001a). Tal será o procedimento que adoptaremos através do uso da regressão múltipla.

Em termos da hipótese da responsabilização, espera-se que nos concelhos onde se registam os piores indicadores económicos (maiores «taxas de desemprego», aumentos da «taxa de variação no desemprego» e descidas na «taxa de variação nas remunerações médias mensais dos assalariados») os eleitores tendam a penalizar o(s) partido(s) «incumbente(s)» (PS e PSD em 1985; PSD em 1983⁹, 1987, 1991 e 1995; PS em 1999), beneficiando os partidos da oposição, em cada eleição.

Em termos da hipótese das prioridades políticas, espera-se que nos concelhos com maiores «taxas de desemprego» os eleitores tendam a apoiar mais os partidos de esquerda (PCP, PS) e menos os partidos de direita (PSD, CDS).

Em relação aos indicadores do estado da economia que utilizo, esclareçam-se duas coisas.

Em primeiro lugar, estes indicadores (rendimento, desemprego, inflação) são os mais utilizados nos estudos sobre o impacto da economia no voto, sobretudo quando assentam em análises de dados agregados, e têm revelado boa capacidade heurística (Owens e Olson, 1980; Bellucci, 1984; Paldam, 1991; Rattinger, 1991; Anderson, 1995; Servais, 1997). Quando as pesquisas se baseiam em dados individuais (inquéritos por amostragem), não se utilizam geralmente indicadores sobre a situação económica do país, mas indicadores das percepções que os eleitores têm sobre o estado da economia

nacional (Tufté, 1994; Kiewiet, 1983; Lewis-Beck, 1990; Bellucci, 1991). Todavia, a metodologia aqui utilizada impediu-me de usar informações atitudinais. Conforme referi, os indicadores que utilizo são aqueles que são geralmente utilizados nos estudos com dados agregados. A indisponibilidade de dados sobre a inflação concelhia impediu-me também de recorrer a este tipo de indicador. Pode considerar-se que outros indicadores definiriam melhor o estado conjuntural da economia portuguesa (taxas de juro, etc.) ou a gestão eleitoral do ciclo económico (aumentos de reformas, pensões e salários da administração pública). Todavia, tais medidas de política económica são geralmente fixadas de igual forma para o conjunto do país e, por isso, não tem variância entre concelhos.

Em segundo lugar, a ausência de dados levou-me a ter de utilizar valores para a taxa de desemprego algo desadequados para determinadas eleições: taxa de desemprego em 1981 para as eleições de 1983 e 1985; taxa de desemprego em 1991 para as eleições de 1987. Todavia, conforme já tive oportunidade de referir, só a partir de 1994 o IEFP começou a disponibilizar dados sobre o desemprego desagregados ao concelho. Do meu conhecimento, antes dessa data os únicos dados sobre o desemprego com desagregação concelhia eram os do INE (recenseamento geral da população).

INDICADORES COMPÓSITOS DA ESTRUTURA DE CLIVAGENS

Tendo 20 indicadores das estruturas de clivagem, optei por reduzir a respectiva dimensionalidade através da análise de componentes principais, com rotação ortogonal *Varimax* (Dunteman, 1989). Não incluí neste processo os três indicadores da conjuntura económica, cujo impacto sobre o voto pretendo medir em separado (quadros n.ºs 2 a 5). Após a redução da informação, os factores extraídos servem como indicadores compósitos das estruturas de clivagem, cujo impacto sobre o voto partidário é avaliado através de regressões lineares múltiplas (quadros n.ºs 2 a 5).

Foram extraídas cinco dimensões de clivagem/factores: F1 a F5 (v. quadros n.ºs 2 a 5). Por motivos de espaço, não apresento aqui a matriz factorial (v. Freire, 2000b e 2001b). Nas obras citadas será ainda possível consultar os indicadores utilizados e os períodos temporais a que se referem. Por regra, para cada um dos indicadores utilizo percentagens concelhias¹⁰, pois esta é a única forma de comparar resultados em unidades de análise (concelhos) com diferentes dimensões populacionais. Ou seja, nestas situações é necessário recorrer a medidas relativas (percentagens, proporções, etc.), pois de outro modo as comparações ficariam distorcidas.

¹⁰ Exceptuam-se os casos em que foram utilizadas permilagens e ainda nas medidas da densidade populacional e da dimensão média das explorações agrícolas. Todavia, também estas são medidas relativas.

CLIVAGENS, CONJUNTURA ECONÓMICA E VOTO NO CDS, 1983-1999

Nos quadros n.ºs 2 a 5 apresentamos dois tipos de variância explicada¹¹: um referente ao conjunto do modelo (indicadores da estrutura de clivagens — F1 a F5 — e da conjuntura económica); outro referente apenas ao impacto das estruturas sociais. Para aferir o (presumido) declínio do impacto das clivagens sobre o voto teremos de analisar apenas o segundo tipo de variância explicada, apresentada na última linha de cada quadro (quadros n.ºs 2 a 5).

No caso do CDS, verifica-se que houve um claro declínio da política das clivagens de 1987 em diante (v. quadro n.º 2, última linha). Por outro lado, entre 1983 e 1987, o impacto independente dos indicadores da conjuntura económica representou cerca de 1% da variância explicada¹². Em 1995 e 1999 este impacto independente foi de 2% e 5%, respectivamente. Ou seja, face ao período 1983-1991, verificou-se um pequeno aumento da importância dos factores de conjuntura.

Clivagens, economia e voto no CDS/PP, 1983 a 1999
(regressões lineares múltiplas)

[QUADRO N.º 2]

Estrutura de clivagens e conjuntura económica	CDS 83	CDS 85	CDS 87	CDS 91	CDS 95	CDS 99
F1: Centralidade e urbanidade (+)	-0,035	-0,068*	-0,088**	-0,050	0,048	0,032
F2: Terciário/semiurbano, secular (+)/rural (-)	-0,510**	-0,546**	-0,485**	-0,446**	-0,182**	-0,197**
F3: Idosos (+)/jovens (-)	-0,265**	-0,299**	-0,232**	-0,335**	-0,400**	-0,334**
F4: Assalariamento e gr. propriedades agrícolas (+)	-0,220**	-0,224**	-0,179**	-0,158**	-0,256**	-0,189**
F5: Trab. indústria (-)/peq. burguesia agrícola (+)	-0,283**	-0,327**	0,311**	0,355**	0,177**	0,164**
Taxa de desemprego (a)	-0,062**	-0,060**	-0,103**	-0,000**	-0,161**	-0,195**
Taxa de variação no desemprego 94/95 e 98/99 (b)	-	-	-	-	-0,017	0,167**
Taxa de variação nas remunerações (c)	-	-	-0,080*	0,091*	0,043	-
R2 (variância explicada)	50%	59%	51%	45%	38%	38%
R2 (variância explicada) (só factores 1 a 5)	49%	58%	50%	45%	36%	33%

Nota: N = 275; excepto quando se apresenta o R², os valores nas células da matriz são os *betas*. **p < 0,05; *p < 0,1; os restantes *betas* não são estatisticamente significativos.

(a) A «taxa de desemprego» refere-se a 1981/INE (eleições de 1983 e 1985), a 1991/INE (eleições de 1987 e 1991) e a 1995/IEFP e 1999/IEFP (eleições de 1995 e 1999).

(b) A «taxa de variação no desemprego» refere-se à variação entre Outubro de 1994 e Outubro de 1995 (eleições de 1995) e entre Outubro de 1998 e Outubro de 1999 (eleições de 1999).

(c) A «taxa de variação nas remunerações» refere-se à variação nas remunerações médias mensais dos trabalhadores por conta de outrem entre 1986 e 1987 (eleições de 1987), entre 1989 e 1991 (eleições de 1991) e entre 1994 e 1995 (eleições de 1995).

Fontes: Dados elaborados pelo autor a partir de Antunes (1995), Markttest (1998), Virtual Sin (1996), INE (1984), MESS/DE (1994), MTS/DE (1995), IEFP (1995 e 1999) e MAI/STAPE (1983 a 1999).

¹¹ A variância explicada (R²) indica-nos a parte da variabilidade na variável dependente (Y: voto nos diferentes partidos) que é explicada pela variação nas variáveis independentes (X1, X2, etc.: indicadores da estrutura de clivagens e da conjuntura económica) (Carrión, 1995, pp. 409-456).

¹² Trata-se da diferença entre a variância explicada pelo conjunto dos indicadores e a variância explicada apenas pelas estruturas de clivagem (só factores 1 a 5).

Todas estas alterações indiciam um realinhamento da base eleitoral do CDS, o qual se inciou com as maiorias absolutas do PSD, mas que se vincou ainda mais nas eleições de 1995 e 1999. Portanto, temos desde já um facto inesperado, isto é, esperávamos que as maiorias absolutas do PSD tivessem estado associadas a um declínio do poder explicativo das estruturas sociais sobre o voto neste partido, fruto do alargamento da sua base eleitoral; em contrapartida, nada dissemos quanto ao CDS.

Entre 1983 e 1991 (quadro n.º 2), o CDS esteve sempre mais bem implantado nas áreas rurais e com maior nível de integração religiosa do que nos concelhos com maior peso da população semiurbana, com uma estrutura de classes mais modernizada e mais secularizada (*betas/F2*); este foi o factor mais relevante no período referido¹³. No mesmo período, o CDS teve maiores percentagens de votos nas zonas onde abundavam os camponeses, por oposição à menor implantação relativa nos concelhos com maiores proporções de trabalhadores manuais do sector secundário (*betas/F5*); este foi o segundo elemento da estrutura de clivagens com maior relevo. Entre 1983 e 1991, o CDS registou maiores votações relativas nos concelhos com uma estrutura etária mais jovem (*betas/F3*) e menores votações nas zonas onde abundam os trabalhadores manuais do sector agrícola/operários agrícolas (*betas/F4*); neste período, estes foram o terceiro e o quarto elementos com maior impacto na distribuição espacial do voto neste partido, respectivamente. Em termos de estruturas de clivagem, há ainda que referir a menor implantação relativa do CDS nos grandes centros urbanos, mas apenas para as eleições

¹³ Para cada variável independente, o nível de significância associado ao *beta* respectivo indica-nos se o impacto dessa variável independente sobre a variável dependente é ou não estatisticamente significativo. A hierarquização da importância explicativa de cada uma das variáveis independentes faz-se através da análise do valor absoluto dos coeficientes de regressão standardizados (*betas*). Utilizamo-los porque não são influenciados pelas diferentes unidades de medida de cada uma das variáveis e pelas diferenças nos respectivos valores médios. Os *betas* são interpretados como *mudanças em unidades* de desvio-padrão na variável dependente, *Y*, associados à *mudança de uma unidade* de desvio-padrão na variável independente, *X*, mantendo constantes todas as outras variáveis independentes (Carrión, 1995, pp. 397-398). Tomemos como exemplo o voto no CDS nas eleições legislativas de 1995 (v. quadro n.º 2). O desvio-padrão do voto no CDS foi de 3,94 (variável dependente) (dados não apresentados). Os factores (variáveis independentes) são indicadores compósitos standardizados, ou seja, média 0 e desvio-padrão 1. Assim, para o terceiro factor (*F3/beta*: -0,400), *idosos* (+)/*jovens* (-), o acréscimo de uma unidade de desvio-padrão (1) traduz-se num decréscimo de -1,576 no voto do CDS (-0,400*3,94 = -1,576). O sinal do *beta* indica-nos a proximidade do voto no CDS a cada um dos pólos da clivagem (factor). No caso do factor 3, cada um dos pólos da clivagem tem associado um sinal: o pólo *idosos* tem associado um sinal positivo (+). O pólo oposto, *jovens*, tem associado um sinal negativo (-). Assim, como o sinal do *beta* associado ao factor 3 tem um sinal negativo, tal significa que, quando crescem os valores do factor 3 (*idosos*: valores positivos), descem as percentagens de voto no CDS. Ou seja, o voto no CDS está mais próximo do pólo negativo (*jovens*): este partido tem maiores votações relativas nos concelhos com maior peso relativo dos jovens.

de 1985 e 1987; em 1983 e 1991, esta relação teve o mesmo sentido, mas não teve significado estatístico (*betas/F1*).

Em termos de conjuntura económica, a «taxa de desemprego» teve sempre um impacto negativo sobre o voto no CDS, mas apenas em 1995 e em 1999 esse efeito foi estatisticamente significativo (v. quadro n.º 2). Não tendo o CDS participado em qualquer governo durante todo o período¹⁴, a menor implantação deste partido nas zonas de maior desemprego é apenas interpretável à luz da «hipótese das prioridades políticas» (Kiewiet, 1983; Tufté, 1994; Anderson, 1995). Isto é, presume-se que os eleitores dos concelhos onde há mais desemprego votam menos neste partido porque o percebem como dando menor prioridade relativa à questão do desemprego.

O crescimento da «taxa de variação nas remunerações» esteve associado a menores votações do CDS em 1987 e a maiores votações em 1991¹⁵. Em 1987, as menores votações do CDS nos concelhos onde mais cresceram as remunerações poderão estar associadas a um maior volume de transferências de voto do CDS para o PSD nas zonas mais beneficiadas pela conjuntura económica, 1986-1987. Em 1991, a maior implantação relativa do CDS nos concelhos onde mais cresceram as remunerações é dificilmente interpretável com os dados disponíveis: a haver um beneficiado da melhoria das condições económicas, ele deveria ser o partido do governo (PSD). Todavia, o impacto destes dois elementos foi muito fraco. Em 1999 há também a registar a correlação positiva entre a «taxa de variação no desemprego», 1998/1999, e o voto no CDS. Ou seja, este partido teve maiores votações nos concelhos onde o desemprego mais cresceu, 1998/1999, relação esta que infirma as predições decorrentes da «hipótese das prioridades políticas». Todavia, este resultado poderá ser interpretado como uma capitalização, por parte do CDS/PP, do descontentamento gerado pelo crescimento do desemprego, 1998/1999 («hipótese da responsabilização»).

As eleições de 1995 representaram, efectivamente, uma notável renovação do eleitorado do CDS. O elemento mais relevante para explicar o voto neste partido passou a ser o carácter jovem dos concelhos (*beta/F3*), seguido da presença das grandes propriedades agrícolas e do assalariamento associado (*beta/F4*); o sentido destas relações foi o mesmo que aquele que se registou entre 1983 e 1991, isto é, positivo e negativo, respectivamente. As maiores implantações relativas nas áreas rurais e religiosas (*beta/F2*) e nos concelhos com maior peso da pequena burguesia agrícola (*beta/F5*) passaram a ser o terceiro e o quarto elementos mais relevantes, respectivamente. Portanto, as

¹⁴ Na realidade, este partido foi incumbente em 1983. Por isso, nestas eleições a relação seria também interpretável à luz da «hipótese da responsabilização».

¹⁵ O padrão verificado em 1991 mantém-se em 1995, mas o coeficiente não é significativo. Em relação a 1999, não havia ainda dados disponíveis para este indicador.

eleições de 1995 representaram uma redução do carácter confessional, rural e camponês do CDS. Pelo contrário, representaram um aumento do carácter jovem da sua implantação concelhia.

Nas eleições de 1999 mantiveram-se algumas das tendências registadas em 1995, embora se tenham registado também algumas mudanças. Em primeiro lugar, o factor mais importante para explicar as variações concelhias do voto no CDS/PP continuou a ser o carácter jovem dos concelhos (*beta/F3*). Todavia, o segundo elemento mais relevante para explicar o voto no CDS/PP passou a ser o carácter rural e confessional dos concelhos, associado a maiores votações neste partido (*beta/F2*). Este segundo elemento surge praticamente *ex aequo* com o efeito negativo da «taxa de desemprego», o qual aparece como a terceira dimensão mais relevante.

A diminuição do carácter religioso, rural e camponês (*betas/F2* e *F5*) do eleitorado preferencial do CDS começou a verificar-se em 1987 e 1991, ou seja, a estratégia de voto útil no PSD terá atingido preferencialmente os tradicionais bastiões do CDS, e daí o declínio da variância explicada do voto neste partido. Por outro lado, em 1995 a recuperação eleitoral deste partido localizou-se principalmente fora desses bastiões, pois a perda do carácter rural, religioso e camponês tornou-se ainda mais vincada. Portanto, acentuou-se o realinhamento da sua base eleitoral. Nas eleições de 1995, o realinhamento, pelo menos temporário, na base eleitoral do CDS/PP estará, provavelmente, relacionado com as mudanças na elite dirigente do partido e nas suas propostas políticas, que se desenrolaram de 1991 a 1995 (Robinson, 1996). Em 1999, este padrão manteve-se basicamente inalterado. Por outro lado, a associação positiva do CDS à pequena burguesia agrícola, que tinha sido o segundo factor de maior relevo entre 1983 e 1991, continuou a perder terreno entre 1995 e 1999: nas últimas eleições passou a ter menor importância do que os factores de conjuntura. Mais, apesar de os coeficientes de regressão não serem estatisticamente significativos, verifica-se que em 1995 e 1999 o CDS/PP registou maiores votações relativas nos grandes centros urbanos, ao contrário do que se tinha verificado entre 1983 e 1991 (*betas/F1*).

Do aumento do carácter jovem da implantação concelhia do CDS em 1995 e 1999 podemos inferir um aumento do contraste da respectiva implantação entre o Norte (mais jovem) e o Sul (mais envelhecido) e entre o litoral (mais jovem) e o interior (mais envelhecido). Sobre o padrão da estrutura demográfica nos diferentes concelhos do país, v. Freire (2001b).

CLIVAGENS, CONJUNTURA ECONÓMICA E VOTO NO PSD, 1983-1999

No caso do PSD (quadro n.º 3), há dois elementos que se afiguram como surpreendentes. Em primeiro lugar, face a 1983 e 1985 (variância explicada inferior a 60%), no período 1987-1999 a determinação sociológica (*F1* a *F5*)

da distribuição concelhia do voto no PSD (R^2) foi maior (sempre igual ou superior a 67%), embora de 1995 (71%) para 1999 (67%) se tenha verificado uma descida na variância explicada. Em segundo lugar, a implantação concelhia do PSD foi sempre mais polarizada (R^2) do que no caso do CDS (cf. quadros n.ºs 2 e 3).

No continente, o PSD tem tido sempre uma implantação concelhia com traços muito marcados, bastante maior no Norte do que no Sul, sobretudo nas zonas rurais da região setentrional (Gaspar e Vitorino, 1976; Coelho, 1980; André e Gaspar, 1989; Aguiar, 1994; Nataf, 1995, pp. 106-112; Freire, 2001b). Este traço está associado quer às raízes histórico-sociológicas do conservadorismo nos distritos do Norte e Centro interiores, quer às características da formação do sistema de partidos no período da transição para a democracia (Cruz, 1988, p. 220; Schmitter, 1999, p. 97; Gaspar e André, 1990; Freire, 2001b). Daí a forte especificação da distribuição espacial do voto no PSD.

Clivagens, economia e voto no PSD, 1983 a 1999
(regressões lineares múltiplas)

[QUADRO N.º 3]

Estrutura de clivagens e conjuntura económica	PSD 83	PSD 85	PSD 87	PSD 91	PSD 95	PSD 99
F1: Centralidade e urbanidade (+)	-0,122**	-0,098**	-0,084**	-0,139**	-0,100**	-0,095**
F2: Terciário/semiurbano, secular (+)/rural (-) . . .	-0,568**	-0,552**	-0,540**	-0,562**	-0,614**	-0,587**
F3: Idosos (+)/jovens (-)	-0,067	-0,113**	-0,159**	-0,117**	-0,152**	-0,121**
F4: Assalariamento e gr. propriedades agrícolas (+)	-0,309**	-0,369**	-0,335**	-0,316**	-0,350**	-0,320**
F5: Trab. indústria (-)/peq. burguesia agrícola (+)	0,238	-0,227**	-0,216**	-0,198**	-0,201**	-0,254**
Taxa de desemprego (a)	-0,112**	0,104**	0,219**	0,234**	0,164**	0,194**
Taxa de variação no desemprego 94/95 e 98/99 (b)	-	-	-	-	-0,011**	0,038**
Taxa de variação nas remunerações (c)	-	-	-0,000	-0,049	-0,000	-
R^2 (variância explicada)	57%	59%	72%	72%	73%	71%
R^2 (variância explicada) (só factores 1 a 5)	56%	58%	69%	69%	71%	67%

Notas: $N = 275$; excepto quando se apresenta o R^2 , os valores nas células da matriz são os *betas*.

** $p < 0,05$; * $p < 0,1$; os restantes *betas* não são estatisticamente significativos.

(a) A «taxa de desemprego» refere-se a 1981/INE (eleições de 1983 e 1985), a 1991/INE (eleições de 1987 e 1991) e a 1995/IEFP e 1999/IEFP (eleições de 1995 e 1999).

(b) A «taxa de variação no desemprego» refere-se à variação entre Outubro de 1994 e Outubro de 1995 (eleições de 1995) e entre Outubro de 1998 e Outubro de 1999 (eleições de 1999).

(c) A «taxa de variação nas remunerações» refere-se à variação nas remunerações médias mensais dos trabalhadores por conta de outrem entre 1986 e 1987 (eleições de 1987), entre 1989 e 1991 (eleições de 1991) e entre 1994 e 1995 (eleições de 1995).

Fontes: V. referências no quadro n.º 2.

Contudo, fica por explicar a evolução registada a partir de 1987. Era expectável que, pelo menos em 1987 e 1991, tivesse descido a intensidade da associação entre as características sociológicas dos concelhos e a distribuição do voto no PSD. Todavia, conforme já referimos, a variância explicada

pelas estruturas de clivagem (F1 a F5) foi maior no período 1987-1999 do que no período 1983-1985. Quanto ao impacto independente dos indicadores da conjuntura económica, ele foi de 1%, 1%, 3%, 3%, 2% e 4%, respectivamente para 1983, 1985, 1987, 1991, 1995 e 1999.

Por aqui se demonstra que entre 1987 e 1999 a conjuntura económica passou a ter maior peso na determinação do voto no PSD, face ao que se tinha registado em 1983 e 1985. Por outro lado, não se verificou um declínio do impacto da estrutura de clivagens sobre o voto no PSD¹⁶.

A explicação para este dado inesperado terá de passar pela forte captação de eleitorado ao CDS e pela mobilização de anteriores abstencionistas no Norte e Centro interiores, factos que terão contribuído para vincar a base social de apoio do PSD (Freire, 2000b e 2001b). Recorde-se que o carácter rural/confessional dos concelhos (F2) perdeu importância na explicação do voto no CDS, logo de 1985 para 1987 (quadro n.º 2). Mais, o crescimento do CDS em 1995 e 1999 verificou-se predominantemente fora dos tradicionais bastiões da direita, permitindo ao PSD preservar praticamente intacta a sua hegemonia sobre o eleitorado rural, confessional e camponês (v. os valores dos *betas*/F2 e F5 em 1995 e 1999 nos quadros n.ºs 2 e 3). Aliás, a análise cartográfica confirma esta tese (Freire, 2001b).

Portanto, todos estes elementos apontam para que as volumosas transferências de voto em 1987, 1991 e 1995 não tenham alterado tanto o equilíbrio de forças entre a esquerda e a direita, nomeadamente em termos de alinhamentos dos eleitores, como a força relativa de cada um dos partidos na sua área ideológico-sociológica respectiva e o perfil dos seus eleitorados; dito de outro modo, tal volatilidade eleitoral terá atingido o eleitorado dos partidos individualmente, mas não o impacto do sistema de clivagens em termos dos alinhamentos esquerda/direita (Mair, 1990a e 1990b, pp. 175-185; Smith, 1990; Bartolini e Mair, 1990). Todavia, deve referir-se que, no caso do PSD, as eleições de 1999 parecem indicar um certa viragem: face a 1995 houve um decréscimo do impacto das clivagens, acompanhado de um maior aumento da importância dos factores de conjuntura. Só em futuras eleições legislativas poderemos ver se esta inversão representa uma efectiva inversão de tendência.

Por outro lado, é curioso que, ao nível dos dados agregados, o PSD tenha tido sempre uma base social mais polarizada do que o CDS (cf. quadros n.ºs 2 e 3). Mais, entre 1987 e 1999, o PSD foi o partido cuja implantação sócio-espacial foi mais definida, ultrapassando, inclusive, as coligações eleitorais lideradas pelo PCP (v. quadro n.º 3; cf. quadros n.ºs 2, 4 e 5). Todavia, dados individuais sobre os grupos de simpatia partidária apontam em sentido

¹⁶ A não ser entre 1995 e 1999. Todavia, a nossa hipótese referia-se às eleições de 1987 e 1991, quando o partido registou maior crescimento eleitoral.

diverso: o perfil sociológico dos simpatizantes é mais vincado no CDS/PP e na CDU, sendo mais esbatido nos dois maiores partidos (PS e PSD), embora muito mais esbatido no PS do que no PSD (Cabral, 1995, pp. 178-187, e 1998a, pp. 407-410; Nataf, 1995, pp. 115-177). Aliás, dada a dimensão eleitoral do PS e do PSD, é quase estatisticamente inevitável que assim seja. Mais, apesar de a implantação concelhia do CDS/PP em 1995 e 1999 ter estado fracamente relacionada com as características sociológicas dos concelhos, em cada um desses concelhos o partido podia ter recrutado os seus eleitores preferencialmente nos estratos sociais mais favorecidos. Portanto, temos de manter as nossas conclusões apenas para o nível ecológico.

Em termos da importância relativa das diferentes variáveis independentes (quadro n.º 3), verifica-se que o PSD esteve sempre melhor implantado nos concelhos com maiores percentagens de população residente em *habitat* rural e com maiores proporções de missalizantes; em contrapartida, esteve sempre pior implantado nas áreas com maior peso relativo da população semiurbana, dos trabalhadores não manuais do terciário e da secularização (*betas/F2*). Este factor foi sempre o mais importante ao longo de todo o período. Por outro lado, o PSD teve sempre menores votações nos concelhos caracterizados pela maior presença do latifúndio e do operariado agrícola (*betas/F4*); este foi sempre o segundo elemento mais relevante para explicar a distribuição espacial do voto no PSD. Em terceiro lugar, o PSD esteve sempre melhor implantado nos concelhos com maior peso relativo da pequena burguesia agrícola; em contrapartida, teve sempre piores resultados nas áreas com maiores proporções de operários industriais (*betas/F5*). Todavia, aquando das duas maiorias absolutas do PSD, a presença da pequena burguesia agrícola nos concelhos passou a ser menos importante do que a «taxa de desemprego» para explicar a distribuição espacial do respectivo voto. Nas eleições de 1995 e 1999, a situação anterior a 1987 foi reposta. Por último, o PSD teve sempre maior implantação relativa nos concelhos com maior peso relativo da população jovem (*betas/F3*); em contrapartida, teve sempre menor implantação relativa nos grandes centros urbanos (*betas/F1*). Estes dois elementos foram os que menor relevo tiveram ao longo de todo o período, salvo em 1983 e 1985, quando, pelo menos, um deles tinha maior importância do que a «taxa de desemprego».

Salvo algumas diferenças na importância relativa que tem cada um dos elementos das estruturas sociais e económicas, verifica-se que os alinhamentos dos eleitores dos dois partidos de direita (PSD e CDS) têm tido uma base sócio-económica comum.

Ao longo de praticamente todo o período, a «taxa de desemprego» revelou ter maior impacto (negativo) no PSD do que no CDS. Este elemento poderá estar relacionado com a maior proximidade ao poder por parte do PSD, pois, segundo Lewis-Beck, quanto mais próximos do poder estão os partidos, maior é a probabilidade de serem julgados pelas *performances* da economia (1997, pp. 251-257).

A influência da «taxa de desemprego» na distribuição concelhia do voto no PSD tanto pode ser interpretada à luz da «hipótese da responsabilização» como da «hipótese das prioridades políticas» (Kiewiet, 1983; Anderson, 1995; Tufte, 1994; Lewis-Beck, 1990). Todavia, entre 1995 e 1999, o valor do coeficiente associado à «taxa de desemprego» aumentou: *a contrario* do esperado segundo a «hipótese da responsabilização», pois este partido deixou de ser incumbente. Por isso, inclinamo-nos a pensar que a relação entre a «taxa de desemprego» e o voto no PSD (1983-1999) é mais bem interpretada à luz da «hipótese das prioridades políticas».

CLIVAGENS, CONJUNTURA ECONÓMICA E VOTO NO PCP, 1983-1999

A determinação sociológica (F1 a F5) (R^2) da distribuição concelhia do voto no PCP foi, em 1983 e 1985, a mais pronunciada de todos os partidos em análise (v. quadro n.º 4; cf. quadros n.ºs 2, 3 e 5). Este dado é consistente com os resultados de outros estudos (André e Gaspar, 1989, pp. 260-261; Cabral, 1998, p. 408), sendo, aliás, um traço comum a vários partidos comunistas europeus (Lane e Ersson, 1999, p. 117). Todavia, esta característica do PCP tem vindo a esbater-se, sobretudo de 1987 em diante.

Tal como no CDS, também em relação ao PCP se verificou um declínio do poder explicativo das estruturas de clivagem (só F1 a F5) de 1985 em diante (v. quadro n.º 4). A evolução da importância dos elementos da conjuntura económica foi algo irregular: picos em 1987 e 1991 (3%); descidas em 1995 (1%) e 1999 (2%).

O PCP teve sempre maiores percentagens de voto nos concelhos com maiores proporções de assalariados do sector terciário, com maiores percentagens de residentes em *habitat* semiurbano e de indivíduos secularizados; em contrapartida, este partido teve sempre menores votações nos concelhos com maiores proporções de residentes em *habitat* rural e de missalizantes (*betas*/F2, quadro n.º 4). Foi este o factor que teve maior importância ao longo de todo o período, 1983-1999, salvo em 1985. A situação registada nesta data ter-se-á ficado a dever à penetração do PRD no eleitorado do PCP (Freire, 2001b).

Embora estejamos perante a presença simultânea de três clivagens (classista, religiosa e urbano/rural), não deixa de ser extremamente relevante que a base eleitoral do PCP seja primordialmente composta por assalariados do terciário, e não por operários industriais, facto tanto mais relevante quanto aponta no mesmo sentido de estudos recentes com dados individuais (Cabral, 1998, p. 408). Por outro lado, estes dados contrariam os resultados de Nieuwbeerta e De Graaf (1999), os quais reportam os «trabalhadores não manuais» como menos propensos a votarem à esquerda do que os «trabalhadores manuais».

Clivagens, economia e voto na APU/CDU, 1983 a 1999
(regressões lineares múltiplas)

[QUADRO N.º 4]

Estrutura de clivagens e conjuntura económica	APU 83	APU 85	CDU 87	CDU 91	CDU 95	CDU 99
F1: Centralidade e urbanidade (+)	0,059*	0,034	0,048	0,048	0,015	0,025
F2: Terciário/semiurbano, secular (+)/rural (-)	0,577**	0,540**	0,475**	0,464**	0,501**	0,550**
F3: Idosos (+)/jovens (-)	0,157**	0,153**	0,085**	0,093**	0,154**	0,158**
F4: Assalariamento e gr. propriedades agrícolas (+)	0,458**	0,586**	0,406**	0,409**	0,499**	0,454**
F5: Trab. indústria (-)/peq. burguesia agrícola (+)	-0,123**	-0,113**	-0,106**	-0,108**	-0,104**	-0,143**
Taxa de desemprego (a)	0,139**	0,158**	0,259**	0,256**	0,125**	0,159**
Taxa de variação no desemprego 94/95 e 98/99 (b)	-	-	-	-	0,009	0,091**
Taxa de variação nas remunerações (c)	-	-	-0,026	-0,049	-0,006	-
R2 (variância explicada)	71%	71%	70%	68%	65%	66%
R2 (variância explicada) (só factores 1 a 5)	70%	69%	67%	65%	64%	64%

Notas: $N = 275$; excepto quando se apresenta o R^2 , os valores nas células da matriz são os *betas*.

** $p < 0,05$; * $p < 0,1$; os restantes *betas* não são estatisticamente significativos.

(a) A «taxa de desemprego» refere-se a 1981/INE (eleições de 1983 e 1985), a 1991/INE (eleições de 1987 e 1991) e a 1995/IEFP e 1999/IEFP (eleições de 1995 e 1999).

(b) A «taxa de variação no desemprego» refere-se à variação entre Outubro de 1994 e Outubro de 1995 (eleições de 1995) e entre Outubro de 1998 e Outubro de 1999 (eleições de 1999).

(c) A «taxa de variação nas remunerações» refere-se à variação nas remunerações médias mensais dos trabalhadores por conta de outrem entre 1986 e 1987 (eleições de 1987), entre 1989 e 1991 (eleições de 1991) e entre 1994 e 1995 (eleições de 1995).

Fontes: V. referências nos quadros n.ºs 2 e 3.

Entre 1983 e 1999, o segundo factor com maior impacto nos alinhamentos eleitorais do PCP foi a sua maior penetração relativa nos concelhos caracterizados pelo predomínio do latifúndio e do assalariamento agrícola, salvo em 1985 (*betas*/F4). Este é um traço tradicionalmente característico da implantação sócio-espacial do PCP (Gaspar e Vitorino, 1976; André e Gaspar, 1989).

No período em análise, o PCP teve sempre maiores proporções de votos nos concelhos com maiores percentagens de desempregados («taxa de desemprego»). Este foi quase sempre o terceiro elemento com maior importância para explicar os alinhamentos dos eleitores deste partido, salvo em 1983 e 1995, quando cedeu a referida posição à estrutura demográfica dos concelhos: maiores votações nas áreas mais envelhecidas (cf. *betas*/«taxa de desemprego» versus F3). Por outro lado, este partido registou sempre piores resultados nos concelhos com maiores proporções de camponeses, por oposição à sua maior penetração nas zonas com maiores percentagens de operários industriais (*betas*/F5). Por último, o PCP teve sempre uma maior implantação relativa nos grandes centros urbanos, embora esta relação tenha deixado de ser estatisticamente significativa após 1983 (*betas*/F1).

Apenas para o caso das eleições de 1999, há ainda a registar as maiores votações do PCP nas zonas onde mais cresceu o desemprego («taxa de variação

no desemprego»), ou seja, nestas eleições este partido beneficiou do aumento do desemprego nalguns concelhos.

Esta análise da base social de apoio do PCP permite-nos tirar algumas ilações. Em primeiro lugar, há uma perfeita simetria nos sinais dos coeficientes entre os dois partidos de direita (PSD e CDS) e o PCP. Ou seja, a base sociológica comum aos dois partidos de direita é perfeitamente simétrica no PCP — conforme veremos à frente, este raciocínio também se aplica ao PS, embora com algumas *nuanças* de relevo. Em segundo lugar, essa simetria é mais perfeita no caso do contraste PSD/PCP. Isto é, ao contrário do que se registou no CDS, em ambos (PCP e PSD) têm menor relevo a estrutura etária dos concelhos e maior importância os factores de conjuntura («taxa de desemprego»), embora em sentidos opostos.

Quanto ao impacto da «taxa de desemprego» no voto do PCP, tal relação (positiva) tanto pode ser interpretada à luz da «hipótese da responsabilização» como da «hipótese das prioridades políticas» (Kiewiet, 1983; Lewis-Beck, 1990e 1997; Tufte, 1994; Anderson, 1995): no primeiro caso, como resultado de um maior apoio aos partidos da oposição (PCP) nos concelhos com mais desemprego; no segundo caso, como resultado da maior ênfase do PCP no combate ao desemprego. Todavia, pensamos que a referida relação será mais bem interpretável à luz da «hipótese das prioridades políticas»: só assim se explica que não tenha sido toda a oposição a beneficiar da «taxa de desemprego».

Por outro lado, estes dados contrariam a tese de Lewis-Beck de que, quanto mais próximos do poder estão os partidos, maior é a probabilidade de serem afectados pela conjuntura económica (Lewis-Beck, 1997, pp. 251-257). Ou seja, estes dados revelam que as oscilações no estado da economia geram também votos de protesto.

Quanto à relação entre desemprego e sentido de voto, pode sempre levantar-se a dúvida sobre se estamos perante uma relação espúria. Por um lado, o desemprego atinge mais os grupos sócio-profissionais assalariados e com menores recursos económicos e educacionais, cuja posição na estrutura social os impele, *ceteris paribus*, a votarem mais à esquerda. Portanto, podemos considerar que aquilo que verdadeiramente explica a correlação entre desemprego e sentido de voto é a posição de classe dos desempregados, e não o seu descontentamento face à gestão macroeconómica dos governos e/ou a sua avaliação das prioridades macroeconómicas dos partidos, ou que estas avaliações apenas reforçam as atitudes decorrentes do posicionamento dos eleitores na estrutura social (Cabral, 1999). Por outro lado, as maiores taxas de desemprego têm-se localizado, sobretudo, no Alentejo e nas regiões mais urbanizadas do Sul do país (Freire, 2001b). Tradicionalmente, tais áreas votam mais à esquerda.

Contudo, a utilização da regressão múltipla permite-nos concluir que as relações detectadas entre a «taxa de desemprego» e o voto nos partidos se mantêm significativas apesar de mantermos controlados todos os indicadores da estrutura de clivagens. Portanto, não negamos que existe um certo carácter

estrutural na distribuição regional do desemprego, tal como defendeu Cabral (1999) e tem sido detectado noutros países (Rattinger, 1991, p. 53; Bellucci, 1984, pp. 391 e 395, e 1991, p. 69). Todavia, com a metodologia adoptada adquirimos substancial segurança quanto ao carácter não espúrio das relações detectadas.

Por outro lado, os efeitos do desemprego não derivam apenas do sentido de voto dos eleitores desempregados («voto egoísta»), mas sobretudo do impacto do nível de desemprego nas avaliações que o conjunto dos eleitores faz do «clima económico», nacional ou local («voto sóciotrópico») (Kiewiet, 1983; Tufte, 1994; Lewis-Beck, 1990).

CLIVAGENS, CONJUNTURA ECONÓMICA E VOTO NO PS, 1983-1999

No período em análise, face aos outros três partidos, o voto no PS foi sempre o menos explicável (R^2) pelas características sociológicas dos concelhos (cf. quadros n.ºs 5, 2, 3 e 4). Esta fraca polarização do voto no Partido Socialista é, aliás, corroborada por análises com dados individuais (Cabral, 1995, pp. 175-187, e 1998, pp. 407-409; Nataf, 1995, pp. 112-126). Portanto, neste caso poderemos falar de um partido de tipo *catch-all* (Kircheimer, 1990), quer ao nível ecológico, quer ao nível individual.

Clivagens, economia e voto no PS, 1983 a 1999 (regressões lineares múltiplas)

[QUADRO N.º 5]

Estrutura de clivagens e conjuntura económica	PS 83	PS 85	PS 87	PS 91	PS 95	PS 99
F1: Centralidade e urbanidade (+)	0,116**	-0,013	0,109*	0,203**	0,115**	0,027
F2: Terciário/semiurbano, secular (+)/rural (-) . . .	0,202**	0,017	0,183**	0,391**	0,353**	0,236**
F3: Idosos (+)/jovens (-)	0,003	0,094	0,106*	0,084	0,163**	0,152**
F4: Assalariamento e gr. propriedades agrícolas (+)	-0,201**	-0,119*	-0,116	-0,019	-0,000	0,048
F5: Trab. indústria (-)/peq. burguesia agrícola (+)	-0,380**	-0,200**	-0,349**	-0,335**	-0,265**	-0,296**
Taxa de desemprego (a)	-0,052	-0,079	-0,013	0,036	0,152**	0,171**
Taxa de variação no desemprego 94/95 e 98/99 (b)	-	-	-	-	-0,023	-0,245
Taxa de variação nas remunerações (c)	-	-	0,064	-0,054	-0,006	-
R2 (variância explicada)	25%	8%	20%	32%	31%	34%
R2 (variância explicada) (só factores 1 a 5) . . .	24%	7%	20%	31%	29%	26%

Nota: Excepto quando se apresenta o R^2 , os valores nas células da matriz são os *betas*.
 ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$; os restantes *betas* não são estatisticamente significativos.

(a) A «taxa de desemprego» refere-se a 1981/INE (eleições de 1983 e 1985), a 1991/INE (eleições de 1987 e 1991) e a 1995/IEFP e 1999/IEFP (eleições de 1995 e 1999).

(b) A «taxa de variação no desemprego» refere-se à variação entre Outubro de 1994 e Outubro de 1995 (eleições de 1995) e entre Outubro de 1998 e Outubro de 1999 (eleições de 1999).

(c) A «taxa de variação nas remunerações» refere-se à variação nas remunerações médias mensais dos trabalhadores por conta de outrem entre 1986 e 1987 (eleições de 1987), entre 1989 e 1991 (eleições de 1991) e entre 1994 e 1995 (eleições de 1995).

Fontes: V. referências no quadro n.º 2.

Desde o período da transição para a democracia que o PS tem tido uma implantação espacial bastante uniforme (André e Gaspar, 1989, pp. 260-265; Nataf, 1995, pp. 106-109). Tal fenómeno é explicável pela posição-charneira assumida pelo PS na transição democrática (Cruz, 1995, pp. 135-137): afirmando-se contra as pretensões hegemónicas do PCP, a sul, e como pólo aglutinador contra as pretensões hegemónicas da direita, a norte.

Considerando apenas os indicadores da estrutura de clivagens (F1 a F5), verifica-se que, entre 1983 e 1987, a variância explicada foi sempre inferior a 25%. No período 1991-1999, a variância explicada foi sempre igual ou superior a 26% (v. quadro n.º 5), embora tenha havido uma descida de 1991 (31%) e 1995 (29%) para 1999 (26%). Portanto, parece-nos avisado concluir que a hipótese que previa uma maior indiferenciação sociológica do eleitorado do PS nas vitórias de 1995 e 1999 não se confirma. Resta explicar este fenómeno aparentemente paradoxal: ao maior alargamento numérico da base eleitoral do PS não correspondeu um esbater do perfil sociológico da sua implantação espacial, pelo menos em termos de dados agregados.

Antes, porém, refira-se que os indicadores da conjuntura económica tiveram um impacto independente sobre o voto no PS de 1%, 1%, 0%, 1%, 2% e 8%, respectivamente em 1983, 1985, 1987, 1991, 1995 e 1999. Portanto, para o período analisado, podemos concluir que no PS, tal como no CDS, a conjuntura económica passou a ter um maior relevo, sobretudo nas eleições legislativas de 1999.

Em 1985 (7%), o declínio da variância explicada pelas estruturas de clivagem é explicável pela penetração do PRD no eleitorado do Partido Socialista, sobretudo nas zonas urbanas e semiurbanas (Freire, 2001b; André e Gaspar, 1989, pp. 260-267; Gaspar e André, 1990, pp. 149-153; Bacalhau, 1989, pp. 247-250).

Mas o aumento da determinação sociológica do voto no PS em 1991, 1995 e 1999 não será tanto explicável pela recuperação do eleitorado perdido para o PRD como pela crescente penetração no eleitorado do PCP. Só assim se explica que a variância explicada entre 1991 e 1999 seja superior à que se verificava em 1983. Isto é, fruto da captação de parte dos eleitores do PCP, o PS tem vindo a ganhar um eleitorado com um perfil sociológico mais definido, pelo menos em termos de implantação concelhia. Note-se que o PS tem tido quase sempre menor implantação relativa nas zonas de grande latifúndio e assalariamento agrícola, salvo em 1999 (*betas*/F4). Todavia, o coeficiente de regressão deixou de ser significativo a partir de 1987; após esta data, o valor do *beta* continuou a declinar, atingindo um valor praticamente nulo em 1995. Em 1999, pela primeira vez durante o período analisado, verificou-se que o PS passou a ter maior implantação relativa nas zonas de latifúndio e predomínio do operariado agrícola. De idêntico modo, em 1991 e 1995, o carácter semiurbano, terciarizado e secularizado dos

concelhos passou a ser o factor de maior relevo para explicar os alinhamentos eleitorais do PS, facto que revela uma crescente semelhança com a base eleitoral do PCP (*betas* do factor 2 no quadro n.º 5; cf. quadro n.º 4); entre 1983 e 1987, o factor mais importante para explicar o voto no PS era a sua maior implantação relativa nos concelhos com maiores percentagens de operários industriais (*betas*/F5).

Estas evoluções ilustram claramente a crescente penetração do Partido Socialista no terreno preferencial do PCP. Assim, ao esbater do perfil sociológico dos eleitores deste partido correspondeu um vincar da polarização do eleitorado do PS. Todavia, em 1999 verificou-se um certo retomar do perfil verificado entre 1983 e 1987: a maior penetração do PS nas zonas onde predomina o assalariamento industrial voltou a ser o factor mais importante (*betas*/F5). Por outro lado, a associação positiva do voto no PS aos concelhos terciarizados, secularizados e onde predomina o *habitat* semiurbano (*betas*/F2) passou a ser o terceiro elemento mais relevante, após o factor 5 (trabalhadores da indústria) e a «taxa de variação do desemprego».

Tal como no caso dos realinhamentos eleitorais entre o CDS e o PSD, os resultados verificados no caso do PCP e do PS indicam que os elevados níveis de volatilidade registados em 1987 e 1995 não terão contribuído para o declínio do impacto das clivagens estruturais nos alinhamentos dos eleitores em termos do eixo esquerda/direita. Isto não significa que não tenham existido significativas transferências de voto entre os partidos de esquerda e os partidos de direita, como, aliás, o indicam os níveis de «volatilidade bloco» (quadro n.º 1), mas apenas que elas não foram suficientes para alterarem significativamente a base sociológica e económica de cada um dos dois blocos ideológicos. Contudo, a situação verificada em 1999 indica um certa inversão de tendência, com o retomar de alguns dos traços do período 1983-1987: maior importância do peso do operariado industrial para explicar a base eleitoral do PS.

Para o período 1983-1999, os realinhamentos verificados permitem-nos pensar que, mais do que grandes alterações no perfil ideológico e motivacional do eleitorado, outros factores terão pesado nas alterações dos alinhamentos dos eleitores. Provavelmente, ter-se-ão verificado fenómenos de «voto útil» em cada bloco ideológico, quer como resultado de uma aprendizagem do funcionamento do sistema eleitoral, que penaliza os pequenos partidos nos círculos do interior¹⁷, quer em resultado de uma avaliação da fraca probabilidade de esses partidos ascenderem ao governo. Para além destes fenómenos, o «voto útil» terá tido na sua base ainda outro tipo de motivações: a forte e galvanizadora liderança de Cavaco Silva, sobretudo em

¹⁷ Tanto mais que, quer no caso do CDS, quer no caso do PCP, as maiores perdas de voto, em termos relativos, se localizaram preferencialmente nas zonas periféricas do Norte e Sul do país, respectivamente.

1987 e 1991; em 1995, o desejo de muitos simpatizantes do PCP de desalojarem a direita do poder após dez anos de domínio.

As eleições de 1999 apresentaram um certa inversão no padrão verificado no voto do PS em 1991 e 1995: o factor mais importante para explicar o respectivo voto deixou de ser o carácter «terciarizado, semiurbano e secularizado» dos concelhos (F2) para voltar a ser, tal como entre 1983 e 1987, o peso do operariado industrial (F5). Todavia, não deve exagerar-se esta inversão. Em primeiro lugar, o PS passou a ter maior implantação relativa nas zonas de latifúndio e assalariamento agrícola (F4), penetrando cada vez mais no terreno do PCP. Por outro lado, aumentou a associação positiva do voto no PS com a «taxa de desemprego» concelhia, facto também ele revelador de uma crescente captação de antigos eleitores do PCP. No caso desta última correlação, deve notar-se que ela só começou a ser positiva em 1991 e que só adquiriu significância estatística em 1995 e 1999.

Salvo em 1985, devido ao fenómeno PRD, o PS revelou sempre maior penetração relativa nos grandes centros urbanos (*betas*/F1). Todavia, em 1999, apesar de o sentido desta relação se ter mantido, verifica-se que o coeficiente deixou de ser estatisticamente significativo. Esta situação estará, muito provavelmente, relacionada com o crescimento do Bloco de Esquerda nas zonas urbanas em grande parte à custa da captação de eleitorado ao PS. Este elemento será, aliás, responsável pelo declínio da variância explicada pelas estruturas de clivagem entre 1995 (29%) e 1999 (26%).

Por outro lado, o PS teve sempre maiores proporções de votos nos concelhos com uma estrutura etária mais envelhecida, mas este factor só teve um efeito significativo em 1987, 1995 e 1999 (*beta*/F3). Por último, também a «taxa de desemprego» só teve um impacto (positivo) estatisticamente significativo em 1995 e 1999. Em termos interpretativos, inclinamo-nos mais para a «hipótese das prioridades políticas», pois em 1999 a relação continuou positiva, apesar de o PS ser incumbente.

Por último, refira-se que nas eleições de 1999 se registou uma relação negativa muito forte entre o crescimento do desemprego («taxa de variação no desemprego», 1998/1999) e o voto no PS. Ou seja, as zonas onde o desemprego mais cresceu (1998/1999) foram aquelas onde o PS teve piores votações. Mais, este elemento passou a ser o segundo mais importante para explicar a distribuição concelhia do voto no PS. Esta relação é interpretável à luz da «hipótese da responsabilização»: o governo do PS responsabilizado pela evolução concelhia do desemprego, 1998/1999.

CONCLUSÕES

Em Portugal, as eleições legislativas realizadas entre 1985 e 1995 caracterizaram-se por um forte crescimento da volatilidade eleitoral, a qual resul-

tou sobretudo numa concentração do voto nos dois maiores partidos (PSD e PS), 1987-1999. Vários autores analisaram este problema (Aguiar, 1994; Cruz, 1995; Lobo, 1996), tendo concluído que tais níveis de volatilidade seriam explicáveis, embora apenas parcialmente, por um declínio do impacto eleitoral das clivagens estruturais. Todavia, tal declínio foi apenas inferido dos resultados eleitorais, não tendo sido testado.

Por isso, pretendemos avaliar em que medida as eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1983 e 1999 se caracterizaram, efectivamente, por um declínio da política das «velhas» clivagens. As eleições de 1983 constituíram um ponto de comparação para aferir do declínio da «velha política», pois, pelas suas características (baixa volatilidade e ausência da concentração do voto nos dois maiores partidos), podem, de algum modo, ser consideradas representativas do período anterior (1975-1983). Testámos também o impacto da conjuntura económica sobre os alinhamentos dos eleitores ao longo do período analisado.

No caso do PSD, verificou-se que, apesar das maiorias absolutas (1987 e 1991), a determinação sociológica da distribuição concelhia do respectivo voto não diminuiu face a 1983 e 1985; pelo contrário, aumentou. Este traço reforçou-se ligeiramente nas eleições de 1995, tendo declinado um pouco em 1999. Mais, apesar de terem aumentado ligeiramente os efeitos dos factores de conjuntura (especialmente a «taxa de desemprego»), verificou-se que tais subidas não permitem explicar plenamente os acréscimos na determinação regressional do voto no PSD.

No caso do PS chegámos a idênticas conclusões. Face às eleições de 1983, nas eleições de 1991, 1995 e 1999 verificou-se uma subida da variância explicada, mesmo quando retirámos os factores de conjuntura do modelo. Ou seja, a intensidade da associação entre as características sociológicas dos concelhos e o voto no PS não diminuiu, aumentou. Mesmo tendo em conta que se registou um declínio da variância explicada entre 1995 (29%) e 1999 (26%), aliás explicável pela penetração do BE no eleitorado urbano do PS (Freire, 2001b), esta última foi maior do que aquela que se verificou em 1983 (24%).

Portanto, entre 1983 e 1999 verificou-se efectivamente um declínio do impacto eleitoral das clivagens estruturais, mas esta tendência verificou-se onde menos se esperava, isto é, nos dois partidos (CDS e PCP) que ao longo do período perderam mais eleitorado, e não naqueles que conheceram maiores aumentos da respectiva base eleitoral (PSD e PS). Por isso, conclui-se que o aumento da volatilidade eleitoral (1985 a 1995) produziu efectivamente realinhamentos eleitorais, mas estes verificaram-se predominantemente no seio de cada um dos «blocos» ideológicos, e não entre os dois «blocos». Isto é, tais realinhamentos eleitorais afectaram o eleitorado dos partidos individualmente, mas não tanto a base sociológica da clivagem esquerda/direita.

Consequentemente, entre 1983 e 1999, os dois partidos centrais (PSD e PS), grandes beneficiários de uma certa bipartidarização eleitoral, reforçaram os perfis sociológicos dos respectivos eleitorados em resultado de uma forte captação de votos a cada um dos partidos ideologicamente mais próximos. Pelo contrário, os partidos mais distantes do centro ideológico (CDS e PCP), ao perderem eleitorado para os dois partidos centrais, viram esbater-se as características sociológicas da sua base eleitoral.

Embora o discurso jornalístico e dos líderes políticos enfatize sobretudo a importância do chamado «eleitorado central» para as vitórias de cada um dos dois maiores partidos, o que os meus dados revelam é que a clivagem esquerda/direita continua a ter um papel fundamental na política portuguesa, pelo menos ao nível dos alinhamentos dos eleitores. Ou seja, não estou a negar a importância das transferências de voto entre a esquerda e a direita para determinar as vitórias eleitorais dos dois maiores partidos. Aliás, os níveis de volatilidade de bloco em 1987 e 1995 apontam para uma importância não negligenciável das transferências de voto ao centro. Todavia, a análise da evolução dos perfis sociológicos dos partidos políticos portugueses revelou que os realinhamentos eleitorais, que se produziram a partir de 1987 e de que resultou uma forte concentração do voto no PSD e no PS, se efectuaram sobretudo no seio de cada um dos «blocos» ideológicos, e não entre eles.

No entanto, parece-nos importante sublinhar que estas conclusões mantêm-se válidas apenas para o nível ecológico, isto é, dizem apenas respeito às associações entre as características sócio-estruturais dos concelhos e a distribuição espacial do voto partidário. Urge, portanto, avaliar a evolução do impacto das clivagens estruturais sobre os alinhamentos dos eleitores através de inquéritos por amostragem, ou seja, utilizando dados individuais e uma perspectiva diacrónica.

Quanto ao efeito das diferentes clivagens sobre o voto partidário, os dados confirmaram as hipóteses: maior voto na direita nos concelhos mais religiosos e com maiores proporções de indivíduos pertencentes às classes proprietárias; situação inversa se verificou para o voto de esquerda. Quanto ao efeito da clivagem urbano/rural, constatámos que este foi sempre mediado pela estrutura de classes e pela religiosidade (v. também Freire, 2001b).

Entre 1983 e 1999, controlando o efeito das estruturas de clivagem, verificámos que a «taxa de desemprego» teve efeitos relevantes sobretudo no PSD e no PCP: nestes dois partidos estes efeitos foram sempre estatisticamente significativos. Todavia, em termos evolutivos, cabe sublinhar que, ao longo do período analisado, os indicadores da conjuntura económica ganharam relevo sobretudo no PS e no CDS/PP. No caso do PSD e do PCP, a evolução foi mais irregular.

Em qualquer caso, geralmente, os efeitos da «taxa de desemprego» actuaram no sentido previsto pela «hipótese das prioridades políticas», isto é, beneficia-

ram os dois partidos de esquerda e penalizaram os dois partidos de direita, independentemente de as diferentes formações políticas serem ou não incumbentes.

Quanto aos efeitos dos outros indicadores da conjuntura económica, os resultados foram, geralmente, bastante menos expressivos, em parte porque a disponibilidade dos dados apenas nos permitiu testar os seus efeitos em parte da série temporal analisada. Por outro lado, registaram-se alguns resultados não consistentes com as hipóteses e que são dificilmente explicáveis com os dados disponíveis.

Em termos comparativos, podemos dizer que vários estudos têm revelado que o «voto económico» é bastante importante, mantendo-se significativo quando controlados os «efeitos de longo prazo» (clivagens, posição ideológica e simpatias partidárias). Nos anos 80, na Grã-Bretanha e em Espanha, o «voto económico» tinha maior peso do que as clivagens e o «posicionamento ideológico» (Lewis-Beck, 1990). Nos EUA, em França e na Alemanha o seu impacto era mais forte do que as clivagens, embora mais reduzido do que o da «identificação partidária» (EUA). Só em Itália as clivagens se revelavam mais poderosos preditores do voto do que a economia (Lewis-Beck, 1990; Bellucci, 1991). Portanto, poderíamos dizer que a situação portuguesa se aproxima mais da situação italiana. Todavia, os estudos referidos baseiam-se todos em dados individuais e, portanto, as suas conclusões não são estritamente comparáveis com os resultados portugueses. Por outro lado, como usámos dados agregados, não pudemos controlar o «posicionamento ideológico» dos eleitores. Os estudos com dados agregados sobre o «voto económico» na Europa e nos EUA também não são estritamente comparáveis com os resultados portugueses, pois utilizam estratégias metodológicas diversas (Owens e Olson, 1980; Bellucci, 1984; Rattinger, 1991; Paldam, 1991; Anderson, 1995; Servais, 1997; Veiga, 1998).

Portanto, também no caso das relações entre conjuntura económica e sentido de voto, cumpre prosseguir as análises aqui iniciadas com dados individuais, pois só esse tipo de dados permitirá esclarecer algumas das relações detectadas ao nível ecológico.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, J. (1994), «Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991)», in *Análise Social*, vol. XXIX, n.ºs 125-126, pp. 171-238.
- ANDERSON, C. (1995), *Blaming the Government. Citizens and the Economy in Five European Democracies*, Armonk, M. E. Sharpe.
- ANDRÉ, I., e J. Gaspar (1989), «Portugal — geografia eleitoral: 1975 e 1987», in M. B. Coelho (coord.), *Portugal — O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa, ICS, pp. 257-278.
- BACALHAU, M. (1989), «Mobilidade e transferência de voto através das sondagens», in M. B. Coelho (coord.), *Portugal — O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa, ICS, pp. 237-256.

- BACALHAU, M. (1994), *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, Editores M. Bacalhau/T. Bruneau.
- BARTOLINI, S., e P. Mair (1990), *Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilisation of European Electorates, 1885-1985*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BELLUCCI, P. (1984), «The effect of aggregate economic conditions on the political preferences of the Italian electorate, 1953-1979», in *European Journal of Political Research*, n.º 12, pp. 387-401.
- BELLUCCI, P. (1991), «Italian economic voting: a deviant case or making a case for a better theory», in H. Norporth *et al.*, *Economics and Politics: The Calculus of Support*, Michigan, University of Michigan Press, pp. 63-84.
- CABRAL, M. V. (1995), «Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitudes sociais», in *Análise Social*, vol. xxx, n.º 130, pp. 175-206.
- CABRAL, M. V. (1998), «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal», in *Análise Social*, vol. xxxiii, n.ºs 146-147, pp. 381-414.
- CABRAL, M. V. (1999), «Unemployment and the political economy of the Portuguese labour market», in *South European Society & Politics*, 4 (3), pp. 222-239.
- CAMPBELL, A., *et al.* (1980 [1960]), *The American Voter*, Chicago, Chicago University Press.
- CARRIÓN, J. J. S. (1995), *Manual de Análisis de Datos*, Madrid, Alianza Universidad.
- CRUZ, M. B. da (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença.
- CRUZ, M. B. da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand.
- DALTON, R. J. (1988), *Citizen Politics in Western Democracies — Public Opinion and Political Parties in the United States, Great Britain, Germany and France*, Nova Jérícia, Chatham House Publishers.
- DOGAN, M. (1995), «Le déclin du vote de classe et du vote religieux en Europe occidentale», in *Revue internationale des sciences sociales*, n.º 146, pp. 601-616.
- DOWNS, A. (1957), *An Economic Theory of Democracy*, s. 1., Harper Collins Publishers.
- DUNTEMAN, G. H. (1989) — *Principal Components Analysis*, Newbury Park, Sage.
- ERIKSON, R., e J. Goldthorpe (1992), *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- FLANAGAN, S., e R. Dalton (1990), «Models of change», in P. Mair (ed.), *The West European Party System*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 232-246.
- FLORA, P., *et al.* (eds.) (1999), *State Formation, Nation-Building and Mass Politics in Europe: The Theory of Stein Rokkan Based on His Collected Works*, Oxford, Oxford University Press, pp. 108-121.
- FRANKLIN, M., *et al.* — *Electoral Change — Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 383-405.
- FREIRE, André (2000a), *Mudança Social e Política em Portugal, 1983-1995: Uma Análise Ecológica da Evolução do Comportamento Eleitoral em Eleições Legislativas*, Lisboa, ICS, tese de mestrado.
- FREIRE, André (2000b), «A evolução da participação e da abstenção dos portugueses em eleições legislativas, 1975-1995», in *Análise Social*, n.ºs 154-155, pp. 115-146.
- FREIRE, André (2001a), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta.
- FREIRE, André (2001b), *Mudança Eleitoral em Portugal Continental, 1983-1999: Clivagens, Economia e Voto nas Eleições Legislativas*, Oeiras, Celta.
- FREIRE, André (2001c), «Religião e política em Portugal, Irlanda e Noruega», in M. V. Cabral, J. M. Pais e J. Vala (coords.), *Religião e Bioética*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, André (2002a), «Posições sociais, atitudes políticas e percepções de justiça: impactos na participação em cinco actos eleitorais portugueses, 1995-1998», in M. V. Cabral e J. Vala (coords.), *Orientações perante as Desigualdades Sociais*, «Atitudes Sociais dos Portugueses», 1999, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais (no prelo).

- FREIRE, André (2002b), «Mudança de valores e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparada, 1990-1999», in J. Vala e M. V. Cabral (coords.), *Estudos Europeus de Valores, 1990-1999*, «Atitudes Sociais dos Portugueses», Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais (no prelo).
- GASPAR, J., e I. André (1990), *Geografia Eleitoral*, I, *Colectânea de Artigos*, Lisboa, INIC, pp. 3-42.
- GASPAR, J., e N. Vitorino (1976), *As Eleições de 25 de Abril. Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- GASPAR, J., et al. (1990), *Geografia Eleitoral*, II, *Colectânea de Artigos*, Lisboa, INIC, pp. 83-170.
- GUNTHER, R., e J. R. Montero (1994), «Los anclajes del partidismo: un análisis comparado del comportamiento electoral en cuatro democracias del Sur de Europa», in P. del Castillo (ed.), *Comportamiento Político y Electoral*, Madrid, CIS, pp. 467-548.
- HEATH, A., et al. (1991), *Understanding Political Change — The British Voter 1964-1987*, Oxford, Pergamon Press.
- HERMET, G., et al. (1998), *Les partis politiques en Europe de L'Ouest*, Paris, Ed. Economica.
- INGLEHART, R. (1991), *El Cambio Cultural en las Sociedades Industriales Avanzadas*, Madrid, CIS/Siglo XXI.
- INGLEHART, R. (1997), *Modernization and Post Modernization: Value Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- JOHNSTON, R. J. (1990), «Lipset and Rokkan revisited: electoral cleavages, electoral geography, and electoral strategy in Great Britain», in R. J. Johnston et al. (eds.), *Developments in Electoral Geography*, Londres, Routledge, pp. 121-142.
- KING, G. (1997), *A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*, Princeton, Princeton University Press.
- KIEWIET, D. R. (1983), *Macroeconomics and Micropolitics. The Electoral Effects of Economic Issues*, Chicago, Chicago University Press.
- KIRCHHEIMER, O. (1990 [1966]), «The catch-all party», in P. Mair (ed.), *The West European Party System*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 50-60.
- KNUTSEN, O. (1998 [1995]), «Left-right materialist value orientations», «party choice», in J. W. van Deth e E. Scarbrough (orgs.), *The Impact of Values*, Oxford, Oxford University Press, pp. 160-197 e 461-491.
- KNUTSEN, O., e E. Scarbrough (1998 [1995]), «Cleavage politics», in J. W. van Deth e E. Scarbrough (orgs.), *The Impact of Values*, Oxford, Oxford University Press, pp. 160-197.
- LANE, J.-E., e S. Ersson (1999), *Politics and Society in Western Europe*, Londres, Sage.
- LANGBEIN, L. I., e A. J. Lichtman (1978), *Ecological Inference*, Newbury Park, Sage.
- LEWIS-BECK, M. (1990 [1988]), *Economics and Elections: The Major Western Democracies*, Ann Arbor, Michigan University Press.
- LEWIS-BECK, M. (1997), «Le vote du 'porte-monnaie' en question», in D. Boy e N. Mayer (dir.), *L'Électeur a ses raisons*, Paris, PFNSP, pp. 239-262
- LIPSET, S., e S. Rokkan (1992 [1967]), «Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores», in S. Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992, pp. 161-259.
- LOBO, M. C. (1996), «A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991)», in *Análise Social*, vol. xxxi, n.º 5, pp. 1085-1116.
- MAIR, P. (1990a [1983]), «Parameters of change», in P. Mair (ed.), *The West European Party System*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 208-217.
- MAIR, P. (1990b), «Continuity, change and the vulnerability of party», in P. Mair e G. Smith, *Understanding Party System Change in Western Europe*, Londres, Frank Cass, pp. 169-187.
- NATAF, D. (1995), *Democratization and Social Settlements. The Politics of Change in Contemporary Portugal*, Nova Iorque, State University of New York Press.

- NIEUWBEERTA, P., e De Graaf, N. D. (1999), «Traditional class voting in twenty postwar societies», in G. Evans (ed.), *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, Oxford, Oxford University Press, pp. 23-58.
- OWENS, J., e E. Olson (1980), «Economic fluctuations and congressional elections», in *American Journal of Political Science*, 24 (3), pp. 469-493.
- PALDAM, M. (1991), «How robust is the vote function? A study of seventeen nations over four decades», in H. Norporth *et al.* (orgs.), *Economic and Politics: The Calculus of Support*, Ann Arbor, Michigan University Press, pp. 9-33.
- PEDERSEN, M. (1979), «The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility», in *European Journal of Political Research*, vol. 7, n.º 1, pp. 1-26.
- RATTINGER, H. (1991), «Unemployment and elections in West Germany», in H. Norporth *et al.*, *Economics and Politics: The Calculus of Support*, Michigan, University of Michigan Press, pp. 49-62.
- ROBINSON, R. (1996), «Do CDS ao CDS/PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa», in *Análise Social*, vol. xxxi, n.º 138, pp. 951-974.
- SCHMITTER, P. (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS.
- SCHWEISGUTH, E. (1998 [1995]), «Status tensions», in J. W. van Deth e E. Scarbrough (eds.), *Beliefs in Government 4: The Impact of Values*, Oxford, Oxford University Press, pp. 332-354.
- SERVAIS, M. (1997), «Les modèles économétriques du vote», in N. Mayer (org.), *Les modèles explicatifs du vote*, Paris, L'Harmattan, pp. 133-153.
- SMITH, G. (1990), «Core persistence: change and the 'people's party'», in P. Mair e G. Smith, *Understanding Party System Change in Western Europe*, Londres, Frank Cass, pp. 157-168.
- TUFTE, E. (1994 [1978]), *Political Control of the Economy*, Nova Jérsea, Princeton University Press.
- VEIGA, L. R. F. G. (1998), «Popularity functions for the Portuguese prime minister, government, parliament and president», in *European Journal of Political Research*, n.º 33, pp. 347-361.

Fontes estatísticas

- ANTUNES, L. M. (1995), «Inquérito à prática religiosa dominical, 1991/base de dados», in F. Montargil, *Determinantes Sociais da Abstenção Eleitoral (Análise da Eleição Legislativa de 1991)*, tese de licenciatura, Lisboa, ISCTE (registo magnético).
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP) (1995 e 1999), *Estatísticas Mensais do Emprego: 1994 a 1995; 1998 a 1999*, Lisboa, IEFP (registo magnético).
- MARKTEST (1998), *Sales Index — Análise do Poder de Compra Regional 1998*, Lisboa, Markttest (base de dados em CDROM).
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, SECRETARIADO TÉCNICO DOS ASSUNTOS PARA O PROCESSO ELEITORAL (MAI/STAPE) (1983 a 1999), *1983 a 1999: Eleições da Assembleia da República* (registo magnético).
- MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL, DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA (MESS/DE) (1994), *Indicadores Regionais de Emprego*, 18 volumes distritais, Lisboa, MESS.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE/DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA (MTS/DE) (1995), *Remunerações Médias Mensais dos Trabalhadores por Conta de Outrem: 1986 a 1995*, Lisboa, MTS/DE (registo magnético).
- VIRTUAL SIN (1996), *Global Data Report* (registo magnético).